



Anuário Antropológico

ISSN: 2357-738X

revista.anuario.antropologico@gmail.com

Universidade de Brasília

Brasil

Perin, Vanessa Parreira
Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas
Anuário Antropológico, vol. 46, núm. 1, 2021, -, pp. 298-314
Universidade de Brasília
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.7711>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599865633018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Anuário Antropológico

I | 2021
2021/I

Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas

About stories, fragments, and silences in engaged narratives

Vanessa Parreira Perin



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/7711>

DOI: 10.4000/aa.7711

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Paginação: 298-314

ISSN: 0102-4302

Referência eletrónica

Vanessa Parreira Perin, «Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas», *Anuário Antropológico* [Online], I | 2021, posto online no dia 03 janeiro 2000, consultado o 05 janeiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/aa/7711> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.7711>



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Proibição de realização de Obras Derivadas 4.0 International.



ensaio bibliográfico

v.46 • n. 1 • janeiro-abril • 2021.1

ensaio bibliográfico

Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas

Vanessa Parreira Perin

298

Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas

About stories, fragments, and silences in engaged narratives

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.7711>

Vanessa Parreira Perin • Fundação Casa de Rui Barbosa – Brasil

Pesquisadora Bolsista na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORCID: 0000-0003-2305-0337

vanessa_pperin@hotmail.com

298

Neste ensaio procuro trazer uma discussão sobre o engajamento do pesquisador na construção de narrativas etnográficas, ressaltando o processo político implicado na elaboração de um texto. Para tanto, discuto as escolhas narrativas feitas por três autoras, Lila Abu-Lughod (1993), Veena Das (2007) e Grace Cho (2008), refletindo sobre como buscaram dar conta textualmente das diferentes escalas encarnadas em corpos, experiências cotidianas, subjetividades, narrativas e nas relações particulares dos sujeitos de grandes movimentos sociopolíticos. São trabalhos que atentam para as significações da malha de afetos que perpassam tanto a vida dos sujeitos de pesquisa quanto para aquelas que são produzidas pelo pesquisador em campo, criando narrativas engajadas no mundo.

Etnografia. Escrita. Engajamento. Subjetividade.

In this essay I aim to bring a discussion about the researcher's engagement in the construction of ethnographic narratives, emphasizing the political process involved in the elaboration of a text. To this end, I discuss the narrative choices made by three authors, Lila Abu-Lughod (1993), Veena Das (2007), and Grace Cho (2008), reflecting on how they sought to textually account for the different scales embodied in bodies, daily experiences, subjectivities, narratives and in the particular relationships of the subjects of great socio-political movements. These are works that pay attention to meanings of the network of affects that permeate both the life of the research subjects, as well as those produced by the researcher in the field, creating narratives engaged in the world.

Ethnography. Writing. Engagement. Subjectivity.

A proposta deste ensaio é discorrer sobre as escolhas narrativas dos trabalhos de Lila Abu-Lughod (1993), Veena Das (2007) e Grace Cho (2008), partindo da perspectiva de que o trabalho etnográfico é mais do que um método, mas uma relação social que carrega em si efeitos de engajamento. Embora tenha entrado em contato com a obra dessas autoras, primeiramente, em razão de temáticas que abordam (relações entre cultura e poder, memória, violência, trauma, afeto, deslocamento populacionais, Estado e suas “margens”), estas não serão o eixo escolhido para aproximar as análises realizadas nos três livros. O procedimento empregado para a elaboração deste ensaio foi o de realizar uma (re)leitura dessas obras atentando agora para uma questão metodológica em comum apresentada pelas pesquisadoras: o cuidado que dedicam em explicitar as estratégias e escolhas tomadas ao longo do processo de escrita, assim como as implicações deste artesanato textual para seus posicionamentos tanto teóricos quanto políticos.

Nesse sentido, as obras colocadas em relação, deslocam a análise dos sujeitos apresentados pelas autoras, para enfocar as possibilidades de abordagem de suas subjetividades no texto etnográfico e as condições de engajamento do pesquisador como produtor de uma determinada verdade ao fixar essas narrativas. Este processo de deslocamento é o que buscarei apresentar, ora aproximando, ora ressaltando as especificidades de cada etnografia, conforme o contexto epistêmico em que surgiram. Como aponta Clifford (1986a), poética e política são inseparáveis, pois as escolhas estéticas ou estilísticas de um texto estão em si mesmas imbricadas em relações de poder. Assim, duas questões vão marcar esta discussão: a impossibilidade de um observador que pode dar conta de um todo (a cultura, a organização social, uma cosmologia, a tradição, etc.) e as limitações do pesquisador não só em representar o outro, mas também em apreender a voz do outro.

Enfocar as práticas textuais pode contribuir, portanto, para desmontar a ideologia de uma transparência da representação e da imediaticidade da experiência de campo. Trata-se do problema da escrita não como uma dimensão marginal ou ocultada no fazer antropológico, reduzida à tomada de boas notas de campo, construção de mapas acurados ou redação de resultados, mas como central à prática etnográfica tanto em campo, quanto após este (Clifford, 1986a). Nesse sentido, o fazer etnográfico implicaria em construção, desconstrução e deslocamentos, a partir dos próprios engajamentos do pesquisador em relação ao trabalho de escrita. Sua subjetividade não está ausente no momento de elaboração do texto etnográfico, pois é ele quem mapeia e conecta o que é apreendido em campo.

“A etnografia está ativamente situada *entre* poderosos sistemas de significado. Ela coloca suas questões nas fronteiras de civilizações, culturas, classes e gêneros. A etnografia decodifica e recodifica, narrando os fundamentos da ordem coletiva e da diversidade, inclusão e exclusão. Descreve processos de inovação e estruturação e é em si mesma parte desses processos” (Clifford, 1986a, p. 2-3, tradução minha)¹.

A relação entre práticas discursivas de poder e a experiência dos sujeitos marcam o espaço etnográfico como um espaço de reflexividade constante dos próprios sujeitos de pesquisa. A distância em relação ao outro é uma economia perma-

1 Trecho original: “Ethnography is actively situated between powerful systems of meaning. It poses its questions at the boundaries of civilizations, cultures, classes and genders. Ethnography decodes and recodes, telling the grounds of collective order and diversity, inclusion e exclusion. It describes processes of innovation and structuration, and is itself part of these processes”.

nente, constantemente negociada em campo. Dessa forma, o *fora analítico* ou o “contexto” também são uma construção recursiva do pesquisador. Fazem parte do artesanato da etnografia, de seus enquadramentos e dos efeitos das contingências encontradas em campo: “Um texto ‘reduzido à escrita’ pode nos dar a ilusão de um dentro e um fora, de uma parte e um todo, ou de níveis mais baixos e mais altos de entendimento. Na realidade, em atos que produzem conhecimento etnográfico, a criação de textos e a criação de contexto são do mesmo tipo” (Fabian, 1995, p. 47, tradução minha)².

Assim, uma etnografia trata da descrição de relações que se desenvolvem em planos distintos, sendo que parte do fazer etnográfico é realizar um escrutínio permanente das condições de localização do pesquisador. De tal modo que a própria relação com a militância ou com a teoria se darão enquanto alianças precárias e parciais, isto é, enquanto experimentações de composições contingentes, instáveis e principalmente arbitrárias. São ficções controladas³ do pesquisador, a partir de sua posicionalidade em campo e das relações que consegue estabelecer. “Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia deve configurar-se de modo a transmitir novas composições de ideias” (Strathern, 2017b, p. 174). Não escapamos, nesse sentido, do trabalho de artesanato e arranjo das análises, descrições, categorizações, comparações ou contextualizações que compõem o texto.

Produzimos alegorias que estão relacionadas com as alianças que fazemos, seja com determinados sujeitos, com a própria teoria, como determinadas questões políticas, ou com experiências. Trata-se de um trabalho de autoria do início ao fim, já que elencamos o quê conectamos, com o quê e como. Deixamos uma série de coisas “de fora”. Escolhemos, assim, a escala de uma complexidade para etnografar, e os “ganchos” que selecionamos para criar essas alianças são sempre políticos – estaria aí a principal questão do engajamento do pesquisador. Reconhecer o caráter alegórico dessa escrita, lembra Clifford (1986b), coloca uma questão política e ética inescapável, que precisa ser manifesta e não ocultada, pois obriga a nos responsabilizarmos por nossas construções sobre os outros e sobre nós, mesmo que através desses outros.

Parcialidade e posicionalidade na produção do conhecimento antropológico

Tais questões sobre o fazer etnográfico se tornaram um ponto de inflexão para o debate antropológico na passagem dos anos 1960 para os 1970, quando duradouras situações de desigualdade começam a ser contestadas. Ocorre então uma proliferação de posicionamentos teóricos (neomarxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo, pragmatismo) e de epistemologias alternativas (feministas, étnicas, não ocidentais, pós-coloniais) que situavam a autoridade das disciplinas científicas em processos sociais localizados, históricos, mediados por relações de poder.

2 Trecho original: “A text ‘reduced to writing’ may give us the illusion of an inside and an outside, of a part and a whole, or of lower and higher levels of understanding. In reality, in acts that produce ethnographic knowledge, creations of text and creations of context are of the same kind”.

3 Para Clifford (1986b), escolhas estéticas e estilísticas não estão separadas de escolhas políticas, logo, dos engajamentos e da subjetividade do pesquisador em campo (e a posteriori com seu material de campo). Dessa forma, o trabalho etnográfico seria o de produzir ficções controladas, em um processo de selecionar quais relações importam para a construção de cartografias sociais. A escrita etnográfica, afirma o autor, é alegórica em seu conteúdo (o que é dito) e em sua forma (como é dito), chamando a atenção para o caráter narrativo da representação cultural. São ficções, portanto, não no sentido de que sejam falsas ou meramente criações fantasiosas, mas como algo que é “feito ou formatado” diz Clifford. E dada a parcialidade das verdades culturais e históricas, tais ficções não dão conta de “toda a verdade”.

Assim, também passaram a ser questionados os aspectos discursivos da representação cultural, suas condições de produção e as possibilidades de uma distância objetiva de “observação participante”. Quem fala, quem escreve, quando, onde, com quem, para quem, sob quais restrições institucionais e históricas, tornam-se questões cada vez mais importantes. Conforme destaca Clifford (1986), o discurso do analista cultural não poderia mais ser o do observador experiente que descreve e interpreta costumes. Diferentes estratégias textuais são então requisitadas, nas quais o que se representará não será “o mundo” ou “o outro”, mas instâncias específicas e situadas de práticas discursivas.

Já na passagem para os anos 1980 delineia-se um segundo momento de crítica da produção antropológica. A chamada “crise da representação” e a formação de um cenário pós-colonial. Segundo Asad (1973), tal crise significou mais do que a cristalização de uma nova antropologia, mas a desintegração de uma velha antropologia britânica, daquelas doutrinas e abordagens que sob o nome de funcionalismo deram um estilo coerente à disciplina. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a dissolução dos impérios coloniais, mudanças fundamentais afetaram o suporte ideológico da disciplina e sua base organizacional.

Ao destacar as marcas deixadas na disciplina pelos encontros coloniais, teóricos como Asad ressaltaram a política envolvida nas possibilidades de representação dos sujeitos de pesquisa pelo antropólogo. Precisaríamos questionar, afirmavam, como essa relação entre pesquisador e interlocutores de pesquisa tem afetado as pré-condições práticas da antropologia social, os usos a que servem seus conhecimentos, o tratamento teórico de determinados temas e, principalmente, seu modo de perceber e objetificar sociedades sob demandas de neutralidade política do antropólogo⁴. Ao produzir os limites para pensarmos o que se elabora como um objeto, a disciplina seria responsável, ainda, pela produção de artefatos de poder. Um exemplo seriam as monografias etnográficas, pois estas não circulam da mesma forma em todos os lugares.

A escolha de uma abordagem metodológica mostra-se, portanto, uma questão política, pois relaciona-se ao modo como são mapeados os marcos de autoridade que alguns temas adquirem e como sujeitos são enquadrados por determinadas categorias. Quem pode categorizar e quem deve ser representado? Adentrando os anos 1990, Lila Abu-Lughod acrescenta mais alguns elementos a este debate ao destacar que, apesar de os antropólogos há muito questionarem o valor e a possibilidade da objetividade, ainda estariam relutantes em examinar as implicações da condição situada de sua produção de conhecimento. Segundo a autora, a antropologia continuaria a ser o estudo do outro não ocidental pelo eu ocidentalizado (mesmo que este buscasse dar voz a esse outro textualmente ou através da explicitação do encontro no trabalho de campo), se fossem mantidas intactas as configurações de poder em que se baseiam a produção do conhecimento acadêmico na disciplina.

Qual seria nossa reação se homens acadêmicos postulassem seus desejos de “deixar as mulheres falarem” em seus textos enquanto continuam

⁴ A crítica de Asad é, principalmente, às pretensões de neutralidade que a disciplina poderia construir, mesmo estando inserida nesses jogos de poder que a representação instaura ao partir da produção de encontros que são na sua grande maioria provisórios. Assim, a própria posição de “aliado” ou o simples engajamento precisaria passar pelo escrutínio crítico, uma vez que distância e proximidade do pesquisado com os sujeitos e contextos sociais que vai buscar apreender em campo são um trabalho metodológico: o artesanato de uma economia da distância, em um contexto que é coproduzido.

a dominar todo o conhecimento sobre elas, controlando a escrita e outras práticas acadêmicas, respaldados por seus postos em dada organização da vida econômica, social e política? (Abu-Lughod, [1991] 2018, p. 200).

Inspirada por questionamentos já apontados pela teoria e ativismo das feministas, assim como por antropólogas *halfies*⁵, sobre o essencialismo presente em determinadas categorizações, que apagam questões como experiências, subjetividades e a posicionalidade de toda perspectiva, sua crítica recai sobre a mobilização do conceito de cultura.

Cultura é a ferramenta essencial para fazer o outro. Sendo um discurso profissional que reflete sobre o sentido da cultura, com vista a referir, explicar e compreender a diferença cultural, a antropologia também colabora com sua construção, produção e manutenção. O discurso antropológico concede à diferença cultural (e à separação entre grupos de pessoas que isso implica) um ar de evidência. (...) No século XX, foi a diferença cultural, e não a raça, que serviu de objeto básico para o intelectualismo orientalista, agora devotado a interpretar o fenômeno “cultura” (fundamentalmente religião e linguagem) ao qual se atribuíam as diferenças de desenvolvimento, desempenho econômico, governança, caráter e tantas outras (Abu-Lughod, [1991] 2018, p. 200-201).

A autora chama a atenção para o fato de que mesmo em trabalhos dedicados a repensar as condições de construção do texto etnográfico, como os da coletânea *Writing Culture*, organizada por Clifford e Marcus (1986), este problema ainda estaria colocado. Para Abu-Lughod, as implicações que a antropologia assumia ao manter uma crença na existência de culturas tidas como todos delimitados, discerníveis, distintos e separados da própria cultura do pesquisador, resultariam na perpetuação da diferença como forma de construir uma hierarquia. Logo, como condição de desigualdade. Sua proposta, portanto, era a de escrever “contra a cultura”, no sentido de não presumir a coerência, generalização e atemporalidade que este conceito pode carregar⁶.

A obra de Abu-Lughod cuja estratégia narrativa escolhi apresentar neste ensaio é expressão deste debate, hoje já clássico no âmbito da antropologia. Escolhi articulá-lo com as obras de Veena Das e Grace Cho, lançadas mais de uma década mais tarde, pela atenção que estas também dispensam à construção textual como uma forma de engajamento do pesquisador. Outro elemento de ressonância entre as obras escolhidas é que são estudos majoritariamente sobre mulheres não ocidentais e sobre uma abordagem do cotidiano como escala em que é possível apreender articulações com outras dinâmicas que constituem a vida social, portanto, como espaço político (outro campo de debate aberto pelas teóricas feministas).

Contudo, a escolha dessas obras para análise conjunta se deve, principalmente, por serem autoras que falam a partir de uma posição feminista e de *halfie* para uma audiência acadêmica (embora não apenas)⁷, que pode ser interessante

5 Este grupo é definido pela autora como pessoas cuja identificação nacional ou cultural é “misturada” em razão de processos migratórios, formação educacional no exterior ou origens familiares. Segundo Abu-Lughod, tanto feministas quanto pesquisadores *halfies*, embora de maneiras diferentes, destacam a dificuldade em assumirem esta posição do “eu” coeso estabelecida pela antropologia ao identificarem-se como um eu que se elabora na intersecção de sistemas de diferença.

6 Algumas destas estratégias seriam enfocar as práticas, os discursos e as conexões (históricas ou contemporâneas, nacionais ou transnacionais, entre pessoas, mercadorias, técnicas, formas culturais, etc.) estabelecidas por dada comunidade, o antropólogo e os mundos a que pertencem, explicitando as relações que permitiram aquele encontro. Uma outra importante estratégia apontada é a de conduzir etnografias do particular em oposição à construção de generalizações. Lembrando, porém, que “Tampouco a preocupação com particularidades das vidas individuais implica a desconsideração de forças e dinâmicas de base não local. Pelo contrário, os efeitos de processos extralocais e de longa duração manifestam-se apenas local e especificamente, produzidos nas ações de indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras. O que defendo é uma escrita que melhor corresponda a isso” (Abu-Lughod, [1991] 2018, p. 207).

7 Apesar de estarem situadas em universidades do *mainstream* norte-americano, são pesquisadoras que por origens familiares, ou por formação acadêmica e migração, posicionam-se na intersecção de sistemas de diferença. De origem palestino-americana, Lila Abu-Lughod é Joseph L. Buttenwieser Professor of Social Science, no departamento de antropologia da Columbia University em Nova York, tendo

para uma reflexão sobre as condições de produção do conhecimento etnográfico no contexto brasileiro, para além de debates mais generalizantes sobre centro X periferia. Como argumenta Das em uma entrevista concedida a antropólogos e sociólogos brasileiros (Misse et al., 2012), sem negar a micropolítica institucional acadêmica, as ideias produzidas nestes centros não necessariamente determinam os caminhos da produção de conhecimento em outras partes do mundo. “Acho que há redes frouxas de afiliação e ideias importantes circulam nessas redes de estudiosos. O que é válido como teoria deve ser concebido em termos plurais” (*Ibid.*, p. 341), conclui a antropóloga.

Assim, as etnografias que são analisadas na próxima seção se constituem como formas de cartografar a produção de determinadas categorias no mundo e sua mobilização pelos sujeitos. Lidam também com o que se produz como apagamento, não só por estes mesmos sujeitos, mas pela própria parcialidade das perspectivas do pesquisador. Não há visão do todo, sempre produzimos lacunas. Contudo, são nessas lacunas que podemos criar alianças e os engajamentos que permitem a construção das narrativas etnográficas. Se, conforme argumenta Clifford, a representação etnográfica é sempre uma *verdade parcial*, a análise de Abu-Lughod destaca que ela é também uma *verdade posicionada*. Quais são as condições de (con)texto presentes (teóricas, políticas, históricas, corporais, de experiência)? Qual a força da parcialidade e como levamos isto a sério em nossas pesquisas? São questões que as obras tratadas neste ensaio procuram dar conta.

obtido seu doutorado em antropologia pela Harvard University no ano de 1984. Já Veena Das é Indiana, atualmente *Krieger-Eisenhower Professor of Anthropology* na Johns Hopkins University. Teve toda sua pós-graduação realizada na University of Delhi, doutorando-se em 1970 pela Delhi School of Economics, onde lecionou por mais de 30 anos. Grace Cho, coreano-americana, é de uma geração mais jovem que as primeiras autoras. Doutorou-se pela City University of New York nos anos 1990 e desde 2004 é *Assistant Professor of Sociology, Anthropology, and Women's Studies* nesta mesma universidade (Staten Island Campus).

Estratégias narrativas

Para lidar com as questões elencadas acima, buscarei apresentar a arquitetura textual das obras escolhidas, atentando para a escala artesanal do fazer etnográfico. Todas elas são trabalhos que têm uma preocupação com a linguagem: qual a gramática da comunicação com o outro? Como se fala de (e como se escreve sobre) determinados sujeitos? Como esses sujeitos (re)organizam sua atuação e presença no mundo a partir dos atos de fala ou escrita? Assim, seria preciso atentar para as condições da escrita não só como grafia, isto é, como representação que dá suporte ao que se procura expressar. A escrita também envolve uma gramática, uma normativa, através da qual estabelecemos uma narrativa como verdade. Nas obras escolhidas, as autoras buscaram modos de criar um texto que atentasse para tais preocupações de localização e historicização das formas como o poder opera por meio da escrita acadêmica.

Atentar para a escala artesanal de produção do texto, portanto, é chamar a atenção para as implicações da (con)textualidade (do que se delimita como contexto) para o que é construído quando narrado e escrito. A atenção a formas, recursos e suportes narrativos, como algo que precisa entrar no processo reflexivo do etnógrafo, é parte de seu engajamento no mundo, uma vez que tais escolhas estilísticas criam coisas. Existe ainda um plano de performatividade dos sujeitos de pesquisa, no qual organizam sua experiência para apresentá-la de forma mais

ou menos coerente ao pesquisador. É igualmente um processo de seleção do que importa, para responder aos apelos de determinadas problemáticas colocadas no nível do cotidiano, da esfera privada, da história de vida particular, mas que pode se articular – criar alianças – aos macroprocessos histórico-políticos de transformação. Desse modo, o trabalho do etnógrafo consistiria em alinhavar, como dirá Das, esses diferentes planos narrativos.

Em *Writing Women's Worlds: Bedouin stories* [Escrevendo mundos de mulheres: histórias beduínas], Lila Abu-Lughod (1993) constrói um livro de histórias (*stories*) – narrativas, conversas, discussões, músicas, reminiscências, ensaios – sobre e contadas por mulheres de uma comunidade Beduína no Egito, os Awlad' Ali. Sua opção por este tipo de construção narrativa resultou da sensação de limitação do padrão antropológico de monografia que sentia. O que levou a autora a questionar se o estilo de escrita etnográfica seria a melhor opção para tratar da “vida vivida” pelas pessoas naquela comunidade, com quem havia convivido em meados dos anos 1970 e para a qual retornou dez anos depois para o trabalho de campo que deu origem ao livro aqui apresentado. Para além desta preocupação de cunho metodológico, o modo vívido com que essas mulheres recontavam suas histórias cotidianas (como essas vidas eram capturadas em histórias) impressionavam a autora, levando-a a optar por essa estratégia narrativa.

Eu não esperava que só porque eu iria trabalhar a partir do discurso gravado, alguns dirigidos a mim, alguns proferidos com escassa consciência da minha presença, que eu seria capaz de representar mais fielmente as realidades da vida nessa comunidade. Aprendemos a suspeitar de alegações sobre a transparência dos textos e da capacidade das representações em espelhar a realidade. Não menos que qualquer outro tipo de etnografia, este livro de histórias envolve análise e é moldado pelas perguntas feitas e pelo ponto de vista adotado (Abu-Lughod, 1993, p. 2, tradução minha)⁸.

304

Assim, ao longo dos cinco capítulos que compõem o livro, a autora utiliza-se intensamente de gêneros narrativos literários, de modo a dar um passo além em sua escolha por escrever sobre as experiências de vida das mulheres dessa comunidade particular: em vez de lidar com um enquadramento da cultura a priori, parte para narrativas periféricas. Sua principal preocupação era com a maneira como a descrição etnográfica (assim como outros discursos científicos) transitava por generalizações. Fosse buscando por leis da socialidade humana, ou simplesmente caracterizando e interpretando modos de vida, os objetivos antropológicos recaíam no uso dos detalhes de vidas particulares para produzir tipificações. O resultado era que tais generalizações construíam um “outro” coerente, autocondito e diferente de um “nós” mesmos. “A generalização, por mais útil que seja para outros projetos, ajuda a fazer com que conceitos como ‘cultura’ e ‘culturas’ pareçam sensatos. Isso, por sua vez, permite a fixação de fronteiras entre o eu e os outros” (p. 6)⁹.

Por conseguinte, o esforço de produzir descrições etnográficas gerais sobre

8 Trecho original: “I did not expect that just because I would work from recorded speech, some directed at me, some uttered with scarce awareness of my presence, that I would be able to represent more faithfully the realities of life in this community. We have learned to be suspicious of claims about the transparency of texts and the capacity of representations to mirror reality. No less than any other sort of ethnography, this book of stories involves analysis and is shaped by the questions asked and the point of view taken”.

9 Trecho original: “Generalization, however useful for other projects, helps make concepts like ‘culture’ and ‘cultures’ seem sensible. This in turn allows for the fixing of boundaries between self and other”.

as crenças e práticas de um grupo pode apagar contradições, conflitos, interesses dúvidas, discussões, além de motivações em mudança e transformações históricas. Esse apagamento do tempo e do conflito faz com que o que está no interior dessa fronteira demarcada pela ideia de “cultura”, apareça como algo homogêneo, essencial e fixo. A aparência de falta de diferenciação interna, argumenta Abu-Lughod, tornava fácil conceber grupos discretos ou entidades culturais bem delimitadas e excessivamente coerentes (como “os Nuer”, “os Balineses”, “os Awlad’ Ali”), que fazem isso ou aquilo, que pensam dessa ou daquela forma.

A autora lembra, porém, que o que consideramos um *fora*, mesmo que um *fora* elaborado como parcial, é sempre uma posição *dentro* de um complexo político histórico mais amplo. Uma outra escala de análise que também precisa ser matizada em nossa ficção etnográfica. Apesar de seu intento relativista, portanto, o conceito de cultura tende a tornar a diferença autoevidente, fazendo com que as pessoas apareçam como “outros” que podem ser representados. Segundo a autora, isto mantém a posição hierárquica entre o pesquisador e os outros culturalmente marcados que ele estuda. Colocar em questão um conceito essencialista de cultura, que especifica pessoas como diferentes e distantes de nós, seria trabalhar contra tais totalizações e sua consequente hierarquização.

Contar histórias, ao que me pareceu, poderia ser uma ferramenta poderosa para desestabilizar o conceito de cultura e subverter o processo de “outridade” que ele implica. (...) As sociedades do mediterrâneo têm sido frequentemente caracterizadas como sociedades da “honra e vergonha”. E se perguntássemos como uma colegial egípcia, esperando que seu casamento seja arranjado por uma família importante nos anos 80, vivia esse complexo “cultural”? (...) a reconstrução dos argumentos das pessoas sobre, as justificativas para, e as interpretações do que elas e os outros estão fazendo, permitiriam uma compreensão mais clara de como a vida social prossegue. Mostraria que, dentro de discursos limitados (que podem ser contraditórios e certamente estão mudando historicamente), as pessoas fazem estratégias, sentem dor, contestam interpretações do que está acontecendo, em resumo, vivem suas vidas (Abu-Lughod, 1991, p. 12, tradução minha)¹⁰.

Com a estratégia narrativa de contar histórias – sempre situadas e contadas para uma audiência – a autora pôde destacar a inevitável posicionalidade dessas experiências e o caráter de ficção controlada da escrita etnográfica. Nesse sentido, Abu-Lughod buscou compor histórias sobre cinco temáticas que em geral dominam os estudos sobre o Oriente Médio, isto é, patrilinearidade, poligamia, reprodução, casamentos patrilateral entre primos paralelos, honra e vergonha. Ao organizar, reconfigurar e justapor as narrativas destas mulheres em particular, evocando suas relações sempre em mudança, a autora procurou subverter as conotações mais problemáticas carregadas pelo conceito de cultura. Assim, seu trabalho artesanal de escrita buscou desafiar a estabilidade das construções feitas por uma audiência específica: os padrões antropológicos sobre estrutura social e

10 Trecho original: “Telling stories, it has seemed to me, could be a powerful tool for unsettling the culture concept and subverting the process of ‘othering’ it entails. (...) Societies of the circum-Mediterranean have often been characterized as ‘honor and shame’ societies. What if one asked how an Egyptian schoolgirl waiting for her marriage to be arranged by an important family in the 1980s lived this ‘cultural’ complex? (...) reconstruction of people’s arguments about, justifications for, and interpretations of what they and others are doing would allow clearer understanding of how social life proceeds. It would show that, within limited discourses (that may be contradictory and certainly are historically changing), people strategize, feel pain, contest interpretations of what is happening in short, live their lives”.

cultura; as interpretações feministas comuns naquele momento sobre as relações de gênero em sociedades não ocidentais; e um conhecimento compartilhado mais genérico sobre a sociedade árabe muçulmana.

Sem pretendermos dominar todas as determinações de nossa etnografia ou de sua recepção, afirma Abu-Lughod, podemos estar atentos ao fato de que o grau em que as pessoas que estudamos aparecem como “outros” é em parte função do modo como escrevemos sobre eles. Realizar uma etnografia do particular, enfim, permitiu-lhe perceber a maneira como esses outros vivem, assim como nós percebemos como vivemos. Não quanto autômatos, programados de acordo com regras culturais ou papéis sociais, mas conforme atravessamos a vida imaginando o que deveríamos fazer, cometendo erros, vacilando, enfrentando perdas, ponderando opiniões e encontrando momentos cotidianos de alegria.

A segunda etnografia de que quero tratar é *Life and Words: violence and the descent into the ordinary* [Vida e Palavras: violência e a descida ao ordinário], de Veena Das (2007). A partir de um longo trabalho engajado em pensar como antropólogos têm formatado a questão da violência como objeto de estudo, a autora buscou organizar este livro como um tipo de mapa (ou fragmento de um) das palavras e pensamentos que forjaram suas conexões com seus interlocutores em campo desde os anos 1970. Os capítulos, portanto, foram elaborados a partir de materiais desenvolvidos em outros momentos de sua trajetória intelectual, costurados à filosofia de Stanley Cavell e Ludwig Wittgenstein, às teorias do Estado, a contos indianos e memórias, dentre outras referências, para construir esta etnografia sobre como determinados afetos gerados pela violência se instauraram no cotidiano das famílias que acompanhou. Dois eventos críticos aparecem, então, como âncoras para sua narrativa: a Partição Indiana em 1947 (divisão do território nacional entre Índia e Paquistão) e o assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi em 1984 pelo seu segurança sikh.

306

Ambos os acontecimentos, escreve Das, marcariam um período em que o Estado-Nação foi firmemente estabelecido como quadro de referência através do qual formas de comunidade tomavam expressão na Índia. As marcas no cotidiano deixadas pelo primeiro evento são recuperadas através de memórias ou testemunhos de mulheres que foram vítimas de raptos e violações (com sua posterior devolução à família), entre as quais a antropóloga já convivia em razão de uma pesquisa anterior sobre parentesco na região do Punjab. Para a construção de sua análise, estes testemunhos foram alinhavados a documentos oficiais e à literatura india sobre o período de conflito entre hindus e muçulmanos. Em relação ao segundo evento, a “entrada em campo” da autora se deu através de sua participação na assistência às famílias sikhs vítimas de ataques violentos por parte de grupos hindus, em um cotidiano tomado pelo medo alimentado por rumores sobre novas ondas de violência.

No entanto, a etnografia não é sobre tais eventos, mas uma narrativa sobre as experiências de pessoas e comunidades particulares, em seu trabalho de reconstruir o que era ordinário no local em que irrompeu a violência. Descrevendo como estes acontecimentos se anexavam à vida cotidiana das famílias com que

estava em contato, sua atenção buscou capturar tanto as amplas possibilidades de um fenômeno quanto as singularidades das vidas que ele atravessava. O fardo do livro, descreve Das, não é tornar um trauma visível e conhecido, mas uma preocupação com as relações escorregadias entre níveis coletivos e individuais no enquadramento das narrativas.

Assim, fiz perguntas como: O que é habitar um mundo? Como alguém faz do mundo seu? Como se explica o aparecimento do sujeito? O que é perder o mundo? Qual é a relação entre possibilidade e realidade ou entre realidade e eventualidade, quando se tenta encontrar um meio para retratar a relação entre os eventos críticos que moldaram grandes questões históricas e a vida cotidiana? (Das, 2007, p. 2)¹¹.

Retomando o argumento de Strathern (2017a) de que os antropólogos se ocupam em traçar relações entre relações, Das procura destacar a possibilidade de etnografar o caminho das interações cotidianas entre os sujeitos como uma escala relevante de análise. Para a antropóloga britânica, a própria tradição do trabalho de campo estabeleceu que o pesquisador apreende algo ao se colocar em relação com aqueles cuja vida social estão estudando. Desse modo, uma vez que tenhamos compreendido como relações se conectam, poderíamos encarar questões sobre escala e complexidade de uma outra forma. Das ressalta que as relações concretas que estabelecemos ao conviver com outras pessoas são como sombras de questões mais amplas, isto é, nós aprendemos sobre a natureza do mundo no processo de viver nele. Em segundo lugar, aprendemos que não podemos acessar padrões de socialidade sem uma perspectiva.

Para a antropóloga, se considerarmos toda perspectiva como incorporada e o sujeito como a condição e limite da experiência do mundo (conforme proposto por Wittgenstein), escrever uma etnografia da violência é encontrar a escala certa em que os enquadramentos no mundo são feitos e refeitos pelos sujeitos. Ao colocar em questão figuras de totalidade, partes, fragmentos e fronteiras, sua tentativa é a de não enquadrar os sujeitos como simples testemunhas objetivas de tais eventos. Antes, buscou localizar tais experiências de limite. Atentando ao cotidiano como possibilidade de análise, assim como na etnografia do particular trazida por Abu-Lughod, a autora procurou destacar as condições de enunciação de determinados sujeitos.

Meu interesse neste livro não é descrever esses momentos de horror, mas descrever o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória de tais eventos é arqueada em relacionamentos em andamento. (...) Uma possível vicissitude de tais momentos fatais é que alguém pode ficar sem voz – não no sentido em que não tem palavras – mas que essas palavras ficam congeladas, entorpecidas, sem vida. Assim, havia homens e mulheres que falavam e, se perguntados, contavam histórias sobre a violência que haviam visto ou suportado em seus corpos. Meu pensamento era que talvez eles

11 Trecho original: "Thus, I asked such questions as: What it is to inhabit a world? How does one make the world one's own? How does one account for the appearance of the subject? What is it to lose one's world? What is the relation between possibility and actuality or between actuality and eventuality, as one tries to find a medium to portray the relation between the critical events that shaped large historical questions and everyday life?".

tivessem fala, mas não voz (Das, 2007, p. 8)¹².

As descrições destas mulheres sobre seu sofrimento e sobre os atos de violência que lhes foram infligidos recaíam em uma zona de silêncio, na qual só se expressavam através de metáforas. Uma delas era a de estarem guardando um “conhecimento venenoso”: um código de silêncio sobre o que foi experienciado, mantido latente em seus próprios corpos, para que pudessem “rehabitar um mundo” que lhes escapava. Ao longo dos capítulos, portanto, dois conceitos são constantemente amarrados de diferentes maneiras: voz e cotidiano. É através deles que a autora trata do trabalho dos sujeitos na reconstrução do mundo quando o próprio cotidiano é eventual e do que chama de descida ao ordinário (o trabalho moral e cognitivo para remontar o ordinário no extraordinário). Dessa forma, Das busca mostrar em suas narrativas costuradas com fragmentos de vidas comuns, que a resposta para o sofrimento talvez não esteja na ascensão a algum tipo de transcendência, mas na “descida” ao cotidiano ordinário.

Tal acomodação, possibilitada também por um trabalho do tempo, é chave para sua narrativa, pois permite compreender as condições de (re)posição dos sujeitos no mundo. Neste caso, o desafio etnográfico estaria em descrever como sentimentos de ceticismo vêm a ser incorporados em uma frágil vida cotidiana, de modo que garantias de pertencimento a uma entidade maior como uma família, uma comunidade ou à nação, não são capazes de apagar as mágoas, ou prover meios de reparar a sensação de ser traído pelo cotidiano. A produção do texto, portanto, perpassou lidar com uma economia da linguagem e do silêncio. Como tratar do que desfaz o sentido do mundo de alguém?

Desse modo, o trabalho de costura de fragmentos através de sua narrativa é tanto um recurso estilístico quanto a condição da experiência daqueles sujeitos marcados pelo trauma que “congela” suas palavras. Daqueles que precisam “juntar os pedaços” e continuar a viver no mesmo local de devastação. O fragmento tem uma potência específica, que é a de sustentar um limite entre o ordinário e extraordinário. Das procura, assim, dirigir o olhar por fora das narrativas congeladas da História e do Estado, destacando a potência do silêncio e de determinados gestos como forma de refazer o ordinário. Como um cuidado de si e com o mundo, em que os próprios sujeitos vão gerir tais experiências de perda.

Do mesmo modo que nas narrativas costuradas por Das, a última obra que gostaria de abordar neste ensaio perpassa as possibilidades de construção de uma existência em um mundo pós-eventos violentos, que rompem com a ordem do cotidiano como se conhecia. Aborda, assim, o trabalho de determinados sujeitos (inclusive o pesquisador) sobre a perda como uma experiência que carrega uma potência. Em *Haunting the Korean Diaspora: shame, secrecy and the forgotten war* [Assombrando a Diáspora Coreana: vergonha, segredo e a guerra esquecida], Grace Cho (2008) nos conta uma história com “um começo incerto”, que se agencia não a algo em particular que tenha acontecido com sua família, mas com o modo como o silêncio veio definir a fabricação de seu dia a dia. Dessa forma, a autora procura retratar o que produziu essa dinâmica familiar a partir da figura da Yanggongju:

12 Trecho original: “My interest in this book is not in describing these moments of horror but rather in describing what happens to the subject and world when the memory of such events is folded into ongoing relationships. (...) A possible vicissitude of such fatal moments is that one could become voiceless—not in the sense that one does not have words—but that these words become frozen, numb, without life. Thus there were men and women who spoke, and if asked, they told stories about the violence they had seen or endured on their bodies. My thought was that perhaps they had speech but not voice”.

Yanggongju. Prostituta ianque. Princesa ocidental. Noiva de GI. Yanggalbo. Yangssaeakshi. Brinquedo de GI. Senhora da ONU. Garota de bar. Anfitriã de entretenimento. Wianbu. Mulher decaída. Anteriormente uma mulher de conforto. Antigamente chamada de mulher de conforto. Filha de uma mulher de conforto. Prostituta de acampamento. Noiva militar. De acordo com Nicolas Abraham e Maria Torok, “Essas são muitas vezes as palavras que governam a história de uma família inteira”, palavras não mencionáveis que “dão sustância ao fantasma” (Cho, 2008, p. 3)¹³.

Assumindo como uma de suas muitas significações algo como “princesa do Ocidente”, Yanggongju em um sentido amplo e mais genérico se refere a uma mulher coreana que mantém relações sexuais com norte-americanos. Em um sentido pejorativo, a uma mulher que se prostitui para militares dos Estados Unidos. Trata-se, como conta Cho, de um termo que tem sido traduzido de diversas maneiras, cujos significados se alteram de acordo com contextos históricos e políticos específicos. Tão cheia de significados, Yanggongju é uma palavra indizível e fantasmagórica para as gerações da diáspora coreana nos Estados Unidos. Assim, o processo de “nutrir um fantasma” através do segredo e da vergonha transformou essa figura em um elemento ao mesmo tempo central e subjugado na história que a autora pretende narrar.

A mulher que oferece trabalhos sexuais para os militares norte-americanos é de uma só vez objeto hipervisível de asco e de desejo para os coreanos e uma figura escondida na psique coletiva da imigração coreana para a América. Ela é tanto o patriota que serve seu país mantendo o engajamento americano, quanto a vítima trágica do imperialismo. É a representação de mulheres coreanas reais, como sua mãe, mas também uma figura coberta por camadas de trauma coletivo e fantasia. Ela emerge, portanto, como esboço fantasmagórico de tudo o que o discurso político oficial sobre a Guerra da Coreia tem tentado apagar. Resultado dos trabalhos de dez anos de pesquisas em torno destas temáticas, realizados pela autora desde seu doutorado, o livro se situa no movimento transdisciplinar que ficou conhecido como “virada afetiva” da teoria crítica norte-americana¹⁴.

Segundo a autora, seu livro conta uma história do papel das Yanggongju na migração e geopolítica internacional, a história da prostituição militarizada na Coreia e como estas narrativas assombram as histórias de sua família. Destaca, porém, que embora existam marcos cronológicos para o início da guerra, importantes de se ter em mente, sua escolha foi a de descrever o modo como a figura da Yanggongju adquire vida, ao tornar-se um efeito do trauma entre os filhos de mulheres coreanas, que imigraram após o casamento com militares americanos. E a temporalidade do trauma, afirma, nunca é fiel a linhas temporais lineares.

Sob cada um desses casos de trauma, há histórias a serem contadas, mas a Yanggongju não se presta a uma narrativa fácil. Como contamos uma história sobre a figura de uma mulher que esteve muito presente e muitas vezes oculta na história das relações EUA-Coreia, particularmente quando essa

13 Trecho original: “*Yanggongju. Yankee whore. Western princess. GI bride. Yanggalbo. Yangssaeakshi. GI's plaything. UN lady. Bar girl. Entertainment hostess. Wianbu. Fallen woman. Formerly a comfort woman. Formerly called a comfort woman. Daughter of a comfort woman. Camptown prostitute. Military bride.* According to Nicolas Abraham and Maria Torok, ‘These are often the very words that rule an entire family's history,’ unmentionable words that ‘give sustenance to the phantom’”.

14 Segundo Patricia Clough (2007), teórica deste movimento, esta “virada” se expressa em uma nova configuração entre corpos, tecnologias e matérias, cuja abordagem teórico-metodológica busca capturar de forma experimental a afetividade enquanto substrato de potenciais respostas corporais que excede a consciência. “Para esses pesquisadores, afeto geralmente se refere às capacidades do corpo de afetar e ser afetado, ou ao aumento ou diminuição da capacidade do corpo de agir, se engajar ou se conectar, de forma que o autoafeto esteja ligado à sensação de estar vivo” (Clough, 2007, p. 2, tradução minha). Trecho original: [For these scholars, affect refers generally to bodily capacities to affect and be affected or the augmentation or diminution of a body's capacity to act, to engage, and to connect, such that autoaffection is linked to the self-feeling of being alive].

figura representa um trauma que impede a memória? E o que uma narrativa tão incerta pode render? (Cho, 2008, p. 5)¹⁵.

Assim, Cho buscou um afastamento da narrativa centralizada no sujeito que escreve ou fala, para explorar o potencial afetivo da assombração. Dessa forma, os capítulos da obra articulam contrapontos críticos aos discursos acadêmicos e debates feministas, com vinhetas de memórias da própria autora ou com notas etnográficas, além da incorporação constante de uma gama de afetos ao próprio artesanato do texto e no engajamento mantido com o leitor. Antes que a construção de uma narrativa progressiva, seu texto é traumatizado em sua própria estética – um texto traumatizado, quebrado e com lacunas – que mistura elementos da psicanálise, teoria feminista, autoetnografia e performance. Contudo, seu objetivo não foi o de realizar uma reescrita de histórias reprimidas, nem mesmo oferecer novos dados científicos sobre trabalhadoras sexuais, casamentos interétnicos de mulheres coreanas ou sobre suas famílias. Seu objetivo foi propor um estudo da diáspora assombrada pela figura da Yanggongju, que desafia as narrativas tidas como certas sobre família, assimilação e “a fantasia ainda maior” do sonho americano.

Cho destaca que muitas experiências descritas por crianças filhas de sobreviventes da Guerra da Coreia (como as suas próprias) são assombradas por silêncios e segredos que tomam a forma de um “vento infeliz”, ou “um buraco”. Uma força intangível e invisível perpassaria tais experiências, mostrando que um trauma irresolvível é passado de uma geração para outra. O “efeito de assombração” em relação ao passado de tais mulheres mostra-se menos pelo trauma original, do que pelo fato de ser mantido escondido. Assim, precisamente na lacuna do conhecimento consciente sobre a história familiar, os segredos se transformam em fantasmas herdados pela segunda geração. Segundo Cho, estas tensões entre relações vexatórias e secretas são muito palpáveis, por exemplo, no parentesco incerto das Yanggongju e no desconhecimento dos traumas que elas mesmas vêm a incorporar.

Se lembrarmos que os coreanos têm sido construídos pelos discursos político e científico como minoria exemplar, integrada com sucesso ao modo de vida americano durante o século XX, o movimento que a autora procura descrever se torna ainda mais interessante. O que Cho articula em seu texto é o modo como estas assombrações transgeracionais engendram-se no âmbito privado da família, criando segredos inextrincáveis aos abusos de poder perpetrados pela “Guerra Esquecida”. A Yanggongju é portadora dos segredos não só sobre seu próprio passado, mas também sobre as violências da guerra da Coreia e das relações deste país com os Estados Unidos.

Neste aspecto particular do silêncio, portanto, o poder da família não pode ser subestimado. A “noiva de guerra”, que se casa com o soldado e migra para os Estados Unidos, oferece à sua família a possibilidade de participar do “sonho americano”. Como pioneira da imigração coreana, afirma Cho, ela opera como uma figura de apagamento da violência geopolítica no âmbito do doméstico – solo

15 Trecho original: “Beneath each of these instances of trauma, there are stories to be told, yet the yanggongju does not lend herself to an easy narrative. How does one tell a story about the figure of a woman who has been both very present and often hidden in the history of U.S.–Korea relations, particularly when that figure embodies a trauma that forecloses memory? And what might such an uncertain telling yield?”.

fértil para se guardar segredos e para o aparecimento de fantasmas. O texto apresenta, assim, as linhas de poder que vão amarrar cotidiano, experiências de guerra, subjetividades e os discursos científico e geopolítico sobre o evento traumático. O engajamento da narrativa apresentada pela autora está também em produzir inteligibilidade sobre a complexidade de efeitos secundários do trauma, que não serão contabilizados na reparação oficial dos danos causados pela guerra.

Costurando (no sentido atribuído por Das) a história das Yanggongju na migração internacional, no papel da prostituição militarizada na Coreia e nos silêncios que assombram sua família, a ficção controlada de Cho não poderia produzir uma narrativa totalizante. O próprio ato de contar tal história de um modo que faça sentido ao leitor envolveria a suavização das lacunas e incertezas. Mais do que preencher lacunas, portanto, o trabalho da autora foi o de “entrar nos espaços vazios” e apreender o que deles emerge: a figura central e fantasmagórica das Yanggongju. Com um estudo do que não se pode ser dito com certeza (antes que a exposição de uma verdade singular), que se afasta das fontes tradicionais de dados e formas de narrativa, o texto de Cho é um desenrolar dos efeitos do trauma. Apresenta o modo como a Yanggongju é constituída, alimentada e como seu apagamento incorpora um inconsciente da Guerra da Coreia.

Engajamentos no mundo

311

Atentar às formas da escrita etnográfica como fizeram estas autoras é um modo de inserir densidade ao analisarmos como realidades se fixam. Mostram que, sendo o trabalho antropológico também um produtor de enquadramentos, é importante observarmos os contextos de produção das narrativas, as percepções dos sujeitos sobre essas categorizações, possibilidades de posicionamento e como buscam fugir dessas tipificações de sua subjetividade ao engajarem-se novamente no mundo. Há, portanto, uma disputa pelos limites das classificações e um jogo de fronteiras que definem também as possibilidades de *falar por*, a que o etnógrafo se relaciona.

Trata-se, assim, de um posicionamento também político sobre como produzir um sentido no momento da narrativa que permita criar uma outra relação com aquele momento vivido. O lugar da antropóloga – seu engajamento no mundo – talvez esteja nas lacunas produzidas ao trocar de escamas analíticas. Não são vazios, como destaca Cho, mas uma série de elementos muitas vezes eclipsados pelos grandes recortes, enquadramentos, narrativas oficiais, pela História, pelo Estado. Contudo, não se trata de meramente priorizarmos o local ou cotidiano, mas deste trânsito de perspectivas que permite ver os alinhavamentos do poder na dobra, na lacuna, na aresta, no que escapa. Produzir um texto em uma escala artesanal particular não indica um privilégio do micro sobre o macro. Refere-se a um trabalho ativo de feitura e composição destas ficções controladas.

Através da narrativa de sujeitos situados – tanto os interlocutores de pesquisa quanto o pesquisador – as etnografias aqui descritas traçam a emergência de solos

particulares de possibilidade, sendo suas conclusões necessariamente perspectivas e tentativas. O cuidado está em não estabelecer novas narrativas congeladas, como destaca Das; generalizações da cultura, pontuadas por Abu-Lughod; ou ainda os fantasmas de eventos passados, como descreve Cho. Não narram, portanto, histórias de vida, uma vez que a própria noção de uma *vida* pode não ser sempre significativa, ou porque as convenções para se falar de si mesmo podem diferir radicalmente. A ideia de uma história de vida pode contribuir para a noção de uma pessoa como centro, como indivíduo isolado. Abu-Lughod ainda nos lembra que “nós precisamos reconhecer que as histórias de vida são na verdade contos que as pessoas contam sobre si mesmas, textos requerendo a atenção das convenções de narrativa e do contexto de sua elição” (Abu-Lughod, 1993, p. 25)¹⁶.

As três obras são bastantes relevantes, referenciadas e difundidas na antropologia feita contemporaneamente no Brasil, apesar de terem se firmado no debate acadêmico nacional em momentos diferentes. Em geral, têm sido trabalhadas em relação a pesquisas que envolvem estudos de gênero, mulheres, violência, sofrimento, afetos, memória, reparação e a gestão estatal sobre os corpos daqueles sujeitos que sempre constituíram os “outros” da sociedade brasileira. Em um contexto de transformações políticas recentes, que nas últimas décadas possibilitou um maior acesso destes mesmos sujeitos às universidades e demais espaços de pesquisa, esta atenção dada pelas autoras à escrita etnográfica como lugar de engajamento e de desconstrução de marcações da diferença mostra-se também uma entrada relevante para questionarmos os cânones da antropologia brasileira

O que implica para o modo como conduzimos o trabalho antropológico pesquisadores indígenas e quilombolas produzindo conhecimentos etnográficos sobre seus próprios povos? O que a entrada cada vez maior de mulheres negras e de origem periférica nas universidades transforma em nossas políticas institucionais e epistemológicas? O debate realizado pelas autoras sobre as condições de produção do conhecimento não só antropológico, mas acadêmico, e sobre como a escrita pode reproduzir configurações de poder pré-estabelecidas, podem apontar caminhos para pensarmos sobre questões que tem ressonância no contexto da antropologia feita no Brasil. Hoje muito mais diversa em relação aos sujeitos que a produzem do que no período em que estas obras chegaram ao país, apresentando uma reflexão mais consolidada e situada sobre seus lugares no mundo. Um deslocamento possibilitado também pela trajetória intelectual das autoras abordadas neste ensaio.

As etnografias aqui analisadas evidenciam ainda uma atenção necessária à maneira através da qual grandes movimentos sociopolíticos se inscrevem, de maneira singular, nos corpos, nas subjetividades e nas experiências cotidianas de seus interlocutores de pesquisa. Destacam não só o que pode desfazer, mas também as formas de recriar e organizar mundos possíveis. São trabalhos que apontam para uma flexão entre processos políticos e formas de transitar entre coisas que estariam em escalas diferentes, por exemplo, entre o cotidiano ordinário e os problemas de Estado. Assim, olhar para diferentes escalas encarnadas nos corpos, nas experiências, nas lacunas das narrativas, nos posicionamentos dos sujeitos é

16 Trecho original: “We need to recognize that life histories are actually stories that people tell about themselves, texts requiring attention to the conventions of storytelling and the context of the elicitation” (tradução minha).

atentar para as significações da malha de afetos que perpassam tanto a vida dos sujeitos de pesquisa, quanto para aquelas que são produzidas pelas relações do pesquisador em campo e, posteriormente, em seu trabalho de escrita. São, enfim, narrativas do mundo e engajadas no mundo.

Recebido: 08/07/2020

Aprovado: 24/08/2020

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard (Ed.). *Recapturing Anthropology: working in the present*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1991. p. 137-162.
- ABU-LUGHOD, Lila. *A escrita contra a cultura* (Tradução). *Equatorial*, v. 5, n. 8, p. 193-226, [1991] 2018.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Writing women's words: Bedouin Stories*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- ASAD, Talal. Introduction. In: ASAD, Talal (Org.). *Anthropology and the colonial encounter*. New York: Humanities, 1973.
- CHO, Grace. *Hauting the Korean Diaspora: shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986a. p. 1-26.
- CLIFFORD, James. On ethnographic allegory. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986b. p. 98-121.
- CLOUGH, Patricia T. Introduction. In: CLOUGH, Patricia T.; HALLEY, Jean (Eds.). *The affective turn: theorizing the social*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2007.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- FABIAN, Johannes. Ethnographic misunderstanding and the perils of context. *American Anthropologist*, New Series, v. 97, n. 1, p. 41-50, 1995.
- MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patrícia; PEREIRA, Pedro P.; FELTRAN, Gabriel; MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos Entrevista com Veena Das. *DILEMAS – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012.
- STRATHERN, Marilyn. A relação: acerca da complexidade e da escala. In: STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: UBU, 2017a. p. 263-295.
- STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. In: STRATHERN, Marilyn. *O Efeito Etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: UBU, 2017b. p. 159-210.